

Capitalismo, territorialidade e educação intercultural: novos olhares sobre as relações comerciais indígenas

*Intercultural Education and Resistance:
Indigenous Commercial Relations and the
Influence of Capitalism*

*Educación Intercultural y Resistencia: Relaciones
Comerciales Indígenas y la Influencia del
Capitalismo*

Matheus Moreira da Silva

Universidade Federal de Goiás
matheus_moreira@ufg.br

José Pedro Machado Ribeiro

Universidade Federal de Goiás
zepedro@ufg.br

Resumo: Uma percepção relativa às questões sociais e territoriais brasileiras e, em particular, às relações comerciais indígenas, tem sido cada vez mais necessária – e eticamente exigida. Essa percepção é decorrente, dentre outros fatores, das preocupações de ordem política, econômica e educacional, acerca das marginalizações a que são submetidos os povos indígenas em meio aos dissensos e aos dilemas em torno da diversidade cultural e a territorialidade no Brasil. Nesse cenário, há várias mobilizações no sentido de viabilizar o direito à proteção e à valorização das relações comerciais dos povos indígenas, em distintos contextos. Mediante esse debate, a emancipação dos povos indígenas é uma discussão cada vez mais frequente em cursos de formação intercultural. Tendo como

referência os apontamentos acima, nos propomos, no presente artigo, identificar de que modo o curso de Educação Intercultural indígena da UFG, enquanto lócus de lutas e lugar de resistência, proporciona novas percepções dos estudantes em formação, acerca das relações comerciais e à influência do capitalismo, que cotidianamente se faz presente na realidade sociocultural e geográfica das distintas comunidades. Nesse sentido, apresentamos algumas contribuições para a valorização da realidade sociocultural e das relações comerciais tradicionais, por meio de um espaço/lugar que buscas novas percepções nos sujeitos de ação crítica e consciente em sua realidade.

Palavras-chave: Educação. Lugar. Formação Superior. Capitalismo.

Abstract: Over the past five centuries, Indigenous peoples in Brazil have faced profound changes caused by territorial invasions, capitalist expansion, and the imposition of Western economic and cultural systems. Despite attempts to suppress their traditional practices and economies, Indigenous communities continue to resist and fight for autonomy, cultural preservation, and political recognition. This study discusses how commercial relations among Indigenous peoples have been shaped by capitalist pressures and examines how the Intercultural Education program at UFG contributes to the training of Indigenous teachers. Grounded in the perspective of Ethnomathematics, the analysis highlights the importance of intercultural dialogue, the defense of Indigenous rights, and the recognition of traditional economic systems as essential elements in overcoming colonial and Eurocentric paradigms.

Keywords: Education. Place. Higher Education. Capitalism.

Resumén: Durante los últimos quinientos años, los pueblos indígenas en Brasil han enfrentado profundas transformaciones provocadas por invasiones territoriales, la expansión del capitalismo y la imposición de sistemas económicos y culturales occidentales. A

pesar de los intentos de suprimir sus prácticas y economías tradicionales, las comunidades indígenas siguen resistiendo y luchando por su autonomía, la preservación cultural y el reconocimiento político. Este estudio analiza cómo las relaciones comerciales indígenas han sido condicionadas por las presiones capitalistas y examina de qué manera el programa de Educación Intercultural de la UFG contribuye a la formación de docentes indígenas. Desde la perspectiva de la Etnomatemática, el análisis resalta la importancia del diálogo intercultural, la defensa de los derechos indígenas y el reconocimiento de los sistemas económicos tradicionales como elementos esenciales para superar los paradigmas coloniales y eurocéntricos.

Palabras clave: Educación. Lugar. Educación Superior. Capitalismo.

Capitalismo, Cultura e Resistência: Desafios dos Povos Indígenas na Formação Intercultural

Nos últimos quinhentos anos de invasões territoriais, pelo poder dominante, e lutas, dos povos indígenas, o mundo em que vivemos e a história destes povos passaram por modificações profundas. Essas mudanças foram introduzidas pelas visões econômicas prevalecentes, bem como pelo predomínio do capitalismo, do espaço lugar e da tecnologia, além da forma escolhida pelo invasor não indígena tanto para lidar com as outras culturas como para pautar as suas relações de trabalho (Silva, 2022).

Nessa perspectiva, alguns povos indígenas brasileiros, geralmente invisibilizados a partir do ponto de vista do opressor, buscam, desde então, lutar por demandas específicas, apesar do atual cenário político e territorial sempre apontar para a ideia de que as práticas econômicas tradicionais e a cultura das populações minoritárias devem desaparecer diante das mudanças impostas pelo capitalismo e o sistema monetário brasileiro.

Dessa forma, esse cenário tem contribuído para o florescimento do debate acerca da formação de professores indígenas, hoje bastante presente no contexto das academias, na busca por uma formação docente específica. Essa discussão nos mostra que pesquisar não é nada fácil, tampouco quando queremos trazer um relato de como as relações comerciais indígenas estão sendo perpassadas pela lógica da comercialização desde os princípios das invasões e explorações dos colonizadores. A modernização colonizadora vem alterando as relações de trabalho, o comércio e o modo de produção dos povos indígenas e, como consequência, as relações comerciais são marcadas por intensas pressões financeiras e substituições perante o capitalismo.

Nesse sentido, os colonizadores/opressores estão cada vez mais convencidos de que os povos indígenas não conseguem gerenciar suas finanças, a demarcação e suas terras, seus bens materiais e imateriais, bem como de que não são capazes de serem lideranças políticas. Esse modo de ver demonstra que os opressores/colonizadores percebem esses povos como populações sem autonomias, sem lideranças e, até mesmo, sem direitos, o que é uma extrema falácia.

Essa exploração e interferência no modo de vida dos povos indígenas fere sua cultura e seus modos de vida, mas, apesar dessas adversidades, encontramos populações que resistem dentro e fora da cultura, afinal, alguns indígenas se veem obrigados a lidar com as “novas” realidades desde o início da colonização (Silva, 2022).

Diante do exposto, e ao conjugar essas problemáticas, trazemos o seguinte questionamento, que buscamos identificar neste artigo: de que modo, a partir de fragmentos de atividades vinculadas ao tema contextual Cultura e Comércio, o curso de Educação Intercultural indígena da UFG contribui para estudantes indígenas em formação, no que diz respeito às relações comerciais e à influência do capitalismo, que cotidianamente se faz presente na realidade sociocultural e culturais de distintas comunidades?

“Cada povo indígena possui seu sistema econômico próprio, que rege sua organização social, costumes e ocupação territorial” (Villares, 2009, p. 21-22), porém, as relações comerciais indígenas foram negligenciadas e altamente mascaradas. Estão, outrossim, intimamente relacionadas com as modificações influenciadas pelo capitalismo e pela conduta e influência do sistema monetário.

Baseados na perspectiva de D’Ambrosio (2002) intentamos identificar estratégias, caminhos a serem seguidos, visando uma finalidade específica. Em outras palavras, o caminho aqui escolhido, aliado à opção política e cultural, é o da liberdade, ou seja, o que visa buscar superar as fronteiras metodológicas ocidentais-eurocêntricas no processo de investigação.

A perspectiva da Etnomatemática aqui debatida parte de pré-condição para que o diálogo intercultural seja fluente, e essa perspectiva é particularmente importante quando consideramos o contexto dos movimentos indígenas, pois ele é constituído de pessoas que sofreram (e sofrem) uma histórica submissão e subalternização das relações culturais e comerciais. Essas pessoas foram (e ainda são), por diversas vezes, negligenciadas por ações políticas e em decorrência do capitalismo.

Pensar a linha de raciocínio adotada neste trabalho, especialmente no cenário atual, revela-se um exercício complexo. Isso ocorre tanto pela necessidade de articular a argumentação em torno do reconhecimento quanto pela defesa de discursos politizadores. Tal reconhecimento resulta das lutas sociais, territoriais e políticas dos povos indígenas, que enfrentam a

(re)produção de relações de dominação e exploração sustentadas pelo modelo hegemônico eurocêntrico de matriz liberal, responsável por (re)afirmar o padrão de poder no contexto brasileiro.

Defendemos, assim, o desenvolvimento de um estudo alicerçado na construção científica pela via da transcendência e do diálogo, respaldado pelas normativas constitucionais que asseguram a intangibilidade dos direitos e da justiça fundamentais dos povos indígenas. Ao mesmo tempo, buscamos ampliar as formas de compreender a realidade a partir de novos olhares, fundamentados em pesquisadores dedicados ao estudo das culturas e dos povos culturalmente distintos.

Lutas indígenas contra o capitalismo: análise a partir dos dados

Desde o longo processo de apropriação dos europeus de territórios indígenas, a história desses povos tem sido marcada pela opressão, extinção e dominação. O contato com o homem não indígena gerou uma relação de dominação, opressor e dominador, a partir da dinâmica cultural estabelecida entre os diferentes, designando uma relação direta com a dominação política, territorial, religiosa e cultural imprimida sobre esses povos, que influenciou profundamente as relações tradicionais e comerciais nessas comunidades (Silva, 2022).

Uma das razões para a existência desses problemas está vinculada à relação econômica, territorial, financeira, comercial e capitalista, pois essa questão, tal como é tratada pelos outros segmentos da sociedade nacional, tende a gerar conflitos e disputas por territórios, poderes e lucros, tendo em vista que objetiva o domínio mercantilista

Diante dessa realidade, os movimentos indígenas de resistência, buscam construir caminhos diversos, com o intuito de promover a valorização e a preservação das relações comerciais tradicionais de suas comunidades e favorecer a construção de vias outras que levem à dignificação de vários povos indígenas. Essa valorização, em alguns casos, é aceita pelas mudanças nos processos de comercialização, que incluem até mesmo o escambo (trocas

tradicionais). Para exemplificar essa relação trazemos o discurso oral de um dos interlocutores dessa pesquisa, que revela essa realidade descrita:

Já mudou um pouco as relações comerciais no povo xavante, mas continua ainda um pouco a troca de produtos entre o povo xavante, quando há necessidade isso depende da pessoa, de quem atende outra pessoa, outros não preferem mais as trocas de produtos comerciais [...] isso já está acontecendo até na família, muito diferente do que no passado. (Informação Verbal)¹

Ainda no que se refere às populações indígenas, são mais de 500 anos de resistências e lutas, não homogêneas, pelo reconhecimento da sua autonomia fora das suas comunidades.

O modo de produção capitalista propicia uma visão que objetiva a acumulação, o que contribui, por sua vez, para a reprodução das relações que intentam a desigualdade. Nessa perspectiva, Harvey (2004) elucida que o capitalismo se funda na estrutura de classes e se identifica com “um sistema de empresa individual, tomado como sinônimo de um regime de *laissez-faire* e, em alguns usos do termo, de um regime de concorrência” (Dobb, 1971, p. 14).

A partir desses pressupostos, trazemos o impacto do capitalismo e da influência do sistema monetário nas relações comerciais em comunidades indígenas, considerando o estágio atual da mundialização econômica, que cotidianamente interfere no equilíbrio sociocultural dos povos indígenas do Brasil. Nesse sentido, entender esse impacto do capitalismo é relevante, na medida em que auxilia na valorização da cultura e na compreensão das dinâmicas internas do capitalismo no que diz respeito às relações comerciais indígenas na atualidade. Para exemplificar essa relação trazemos outro discurso oral que revela essa realidade:

No entanto, é preciso que nós, indígenas, valorize e mantenhamos o nosso conhecimento tradicional vivo e juntamente com o conhecimento ocidental adquirida do *tapyîn'piat* [homem branco], com objetivo de garantir a prática saudável [...] os acadêmicos com sua ampla visão sobre diversos métodos corretos de usufruir conhecimentos deve manter a conversa com as lideranças para juntos prezarem para o bem-

¹ O trecho foi retirado da atividade Seminário do tema contextual Cultura e Comércio, turma de 2020, do grupo do povo Xavante, na modalidade e ensino remoto, do curso de Educação Intercultural da UFG.

estar da comunidade indígena. (Informação verbal, grupo Xavante, 2020)²

No período colonial, foram utilizadas (e ainda são) diversas práticas de apropriação de riquezas, de controle financeiro e comercial, essa última articulada ao capitalismo mundial. Quijano (2005) explica que muitos indígenas foram detidos durante esse período, submetidos a formas de servidão (escravidão) e exploração pelos não indígenas, práticas estas que denunciam a incorporação do capitalismo de usurpação. Dessa forma, no desigual processo de desenvolvimento social e econômico, com as políticas públicas de integralizar os povos indígenas como trabalhadores, “as histórias e a geografia deles têm sido marcadas por lutas e resistências, conformando também, configurações territoriais que se expressam como contradições ao sistema” (Mizusaki, 2017, p. 48).

Diante dessa realidade, Harvey (2004) destaca que o capitalismo é um sistema puramente egocêntrica, econômica e exploratória do Ocidente. Na verdade, essa prática, oriunda das grandes corporações e mercados, é mediada pela desigualdade, sendo denominada acumulação por espoliação, processo capaz de determinar o que é essencial para o desvendamento da questão comercial.

Sob essa perspectiva, a expansão capitalista buscou (e busca) a divisão do trabalho, contudo, apesar do assimilacionismo ofensivo do capital, os indígenas reafirmam seu modo de ser, lutam pelos seus direitos e pela incorporação política de identificação como povos indígenas. Para Villares (2009, p. 17), “direito não é o simples ajuntamento de constituições, leis, decretos, medidas provisórias, etc. O direito é uma prática de ordenação social, que convive com outras ordenações não jurídicas”.

A luta dos povos indígenas não deve ser reduzida a uma categoria econômica propriamente dita, afinal, tal como explicita Moreira (2010), é necessário ampliar o conflito para além do capital e trabalho. Nesse sentido, as relações comerciais de alguns povos indígenas se baseavam na economia

² O trecho foi retirado da atividade Seminário do tema contextual Cultura e Comércio, turma de 2020, do grupo do povo Xavante, na modalidade de ensino remoto, do curso de Educação Intercultural da UFG.

tradicional, de trocas (escambo) entre bens materiais e imateriais, o que não condiz com algumas práticas realizadas hoje, como podemos ver abaixo:

As relações comerciais no contexto indígena do povo xavante no passado, se baseava na troca de bens dos produtos, os nossos bisavôs, bisavós, trocavam objetos por produtos como arco e flecha, sem tirar as vantagens do outro e sem interesse de valor. As trocas de produtos por outros, ocorria quando a pessoa não é membro da família e deseja algo, mas quando é da família apenas oferecia, sem querer pedir nada em troca. Isso era as trocas comerciais do passado, era tudo na base de troca. (Informação verbal, grupo Bororo, 2020).

Dessa forma, enquanto leis e normativas federais, comprometidas com a intangibilidade dos direitos fundamentais de vários povos indígenas, não são mostradas e discutidas pelo sistema político capitalista, a exploração e as lutas estarão presentes nas mais diversas conjunturas, permeadas pela lucratividade e pelas retenções de vantagens e conhecimentos. Essas lutas (territoriais, culturais e capitalistas) estão circunstanciadas pelos aspectos econômicos, financeiros, sociais e políticos, que internacionalizam a estrutura do capitalismo. Enquanto isso, os direitos, as liberdades e relações (modo de ser) dos povos indígenas vêm sendo usurpados.

Em conformidade com esses apontamentos, percebemos que “o capital invade as terras indígenas com propósito, como inimigo” (MIZUSAKI, 2017, p. 55). Vivemos, hoje, uma situação de barbárie, cujo interesse concentra-se na economia e no capitalismo migratório, que interfere no equilíbrio sociocultural dos diversos povos.

Apesar dessas adversidades oriundas do capitalismo, que podem ser traduzidas como práticas contraditórias e desiguais que afetam cotidianamente os povos indígenas, é preciso ressaltar que esses povos conseguem manter suas raízes culturais, a despeito das complexas mudanças ocorridas até os dias atuais. “A diversidade de culturas e povos no mundo não é um problema; é, ao contrário uma grande riqueza, que revela a incrível capacidade da população de encontrar soluções diversas para o bem viver e para a satisfação de suas necessidades básicas” (Grupioni; Vidal, 2001, p. 31).

Essas adversidades, conforme Leitão (1997, p. 32), são provocadas pelos demais segmentos populacionais, que

busca atender uma necessidade que é típica do capitalismo moderno e de sua expansão no campo, anexando novas áreas, por outro lado, as sociedades indígenas, situadas em áreas atingidas por estas expansões, lutam pela manutenção dos seus territórios.

Não podemos nos esquecer de que a sociedade, que busca o movimento de colonização, da Europa ocidental, faz parte desse processo de opressão. Esse fato corrobora a necessidade de se reafirmar o compromisso social com os povos indígenas, além de nos proporcionar alguns elementos que merecem ser debatidos. Nesse sentido, nossa educação,

[...] é sustentada por dois tipos de humanismo que, embora se combatem entre si, são ambos conservadores o humanismo idealista, e por outro lado, o humanismo tecnológico, reduzindo toda educação a um arsenal de metodologias e de instrumentos de aprendizagem, despolitizando a grande massa de população, mais frequentemente professado pelas escolas oficiais e burocráticas (Freire, 1983, p. 13-14).

Uma das condições para que uma população assuma um ato de paz é lançar mão da ação e da reflexão pautada em sua manifestação cultural. Não há homem sem mundo, não há ação e reflexão fora do meio sociocultural. Podemos pensar, mediante essa análise, que estamos num “beco sem saída”, porque a realidade, dominada pelo não indígena, dificulta o pensar autêntico, afinal, ela está comprometida com a desumanização.

Há, também, a questão dos conflitos políticos e territoriais oriundas dos vários outros segmentos da sociedade brasileira; ademais, quanto maiores as preocupações, mais desfavorável se torna o clima do e para o compromisso com os ameríndios. Afinal, uma libertação sem esperança não é libertação (Freire, 1983).

Observamos, portanto, que a decisão econômica, política e cultural dessa sociedade não inclui os povos indígenas. É uma sociedade fechada que simboliza a manutenção de status, caracteriza o ser alienado, não procura um mundo autêntico e tampouco traduz uma ação concreta.

Existem vários fenômenos sociológicos que possuem ligações com a sociedade fechada (Freire, 1983). Para Freire (1983), essas sociedades são vistas como autoritárias, com uma elite que predomina e silencia o outro. Para o autor as massas descobrem, na educação, uma ligação com status e começam a exigir

mais; percebe, ainda, que outros possuem mais facilidade do que eles e visualizam que a educação proporciona mais perspectiva. A elite acha isso um absurdo e cria condições e mecanismos para manter a exploração, e o distanciamento do outro – culturalmente diferente.

A elite tem ciência de que uma sociedade justa dá ferramentas às massas, proporciona-lhes opções – consciência criadora e comunicativa –, e isso amplia a democracia. O problema é que uma sociedade com essas características não interessa à elite, mesmo apesar de saber que um dos papéis do homem é criar, manipular e transformar o mundo, é ser sujeito de sua ação.

Essa ideia é um compromisso histórico com os povos indígenas – assumindo o papel de sujeitos que refazem o mundo. A prática de libertação aqui mencionada está em estreita relação com a consciência, que produz a desmitologização (Freire, 1983). Por isso, a percepção é o olhar mais crítico possível da realidade, isso porque desvela o conhecer da sua estrutura e realidade econômica e territorial.

A lógica do capitalismo é danosa à economia e as terras da população originária, pois promove a extinção e a exploração e contrapõe-se às relações comerciais tradicionais, fortemente caracterizadas pelo escambo. Para Krenak, grande líder indígena brasileiro da atualidade, “dizer que a economia é mais importante é como dizer que o navio importa mais que a tripulação” (2020, s/p.). Nessa prática, encontra-se a natureza comunitária, compartilhada e solidária dos povos indígenas (sistema de interdependência), que é menosprezada por mecanismos que, temporalmente, alicerçam a ação capitalista.

A sociedade que tem, em sua base, o pensamento colonialista tem o lucro como foco principal, sendo que, para obtê-lo, utiliza os recursos naturais provenientes das populações originárias. Ações como essas estão na essência de movimentos de alguns povos europeus que compactuam com o pensamento exploratório, sendo responsáveis por desencadear um processo evolutivo insustentável do chamado mercantilismo.

Em meio a essa problemática, compreendemos que os povos indígenas e o meio ambiente permanecem na mira do desenvolvimento econômico. Colonização e globalização, juntas, potencializam os processos de degradação, vitimando diferentes sociedades e culturas em todo o mundo e, potencialmente, na própria realidade brasileira.

É importante ainda frisar que os conhecimentos indígenas, há séculos, são usurpados por inúmeras pessoas, países e instituições financeiras. Essa prática torna-se perversa quando alicerçada pelas novas gerações que restringem a utilização de saberes tradicionais pelos próprios construtores, o que impede o usufruto pela autossustentabilidade (Silva; Ribeiro; Ferreira, 2021). Trata-se de um claro contexto de guerra comercial e apropriação indevida de saberes alheios, como podemos ver abaixo:

Nosso ancestrais do A'uwẽ Uptabi, o princípio fundamental da economia Xavante, é a distribuição e troca de bens. E nela manifesta a preocupação fundamental dos membros do nosso povo, e a igual repartição ou divisão dos bens entre família e o grupo. Garante-se, com um sistema de dar e receber ciclicamente organizado, a sobrevivência do nosso povo A'uwẽ (Informação verbal, interlocutor do grupo 1, povo Xavante, da turma de 2019 e 2020).

Mediante as argumentações supracitadas, há uma necessidade de se entender e compreender os impactos proporcionados pelas ações do colonizador, pautadas em seus conhecimentos, nos diversos cenários indígenas, tendo em vista que fica evidente o ato de modificar os modos de coletividade e privilegiar o lucro. Essa relação entre terra, natureza e sujeito, apresentada acima, está vinculada à violência colonial, enquanto processo marcado por pressões políticas e econômicas de poder, caracterizada pela conquista do capitalismo (Krenak, 2018).

Nesse sentido, para Walsh (2009, p. 14), essa ligação que os interlocutores indígenas fazem com o capitalismo parte da ideia de colonialidade do poder: “[...] foi estabelecida uma hierarquia racializada: brancos, mestiços e, apagando sua diferença histórica, culturais e linguísticas, índios, negros, quilombolas, afro-descendentes e entre outros, como identificações culturais comuns e negativas”.

Caminhos de resistência e esperança

Considerando-se o contexto analisado, o aporte teórico e nossas reflexões, ficam evidenciadas as potencialidades que o curso de Educação Intercultural Indígena proporciona para seus estudantes, bem como e a

importância de se debater as relações comerciais com os professores indígenas que estão em processo de formação.

Por meio do exposto ao longo deste texto, identificamos que o curso de Educação Intercultural, por meio do tema contextual, contribuiu para a percepção da realidade sociocultural e das relações comerciais tradicionais, por meio de relatos de estudantes, mediante um espaço territorial (lugar de fala), que desperta nesses interlocutores intenções de novas buscas de percepções críticas e conscientes em sua realidade; o conhecimento e a valorização de seus produtos e artesanatos; a reflexão acerca da tecnologia e da comercialização, influenciando as relações comerciais tradicionais; o desejo de que as relações comerciais tradicionais do passado não desapareçam; e a consciência dos impactos devastadores provocados pelo capitalismo e pela moeda (real) nas culturas tradicionais.

O que constatamos, pela maioria das falas dos interlocutores do povo, foi a perda dos costumes tradicionais, prejuízos trazidos pela comercialização e pelas relações comerciais ocidentais dominantes, que pode destruir as práticas comerciais tradicionais. Notamos, contudo, que o Estado, por meio de sua regulação, pode interferir nos setores econômicos, de modo a evitar o abuso excessivo, salvaguardando ao indígena a dignidade e o respeito.

Esse fato, deixa evidente que a razão pela qual as comunidades indígenas enfrentam problemas econômicos e políticos designa as formas de vida desaceleradas dos distintos povos.

Da mesma forma, podemos destacar que a discussão promoveu uma movimentação importante nos alunos indígenas, no sentido de valorizar os diversos conhecimentos e de elencar os diferentes conflitos econômicos existentes nos distintos contextos e, principalmente, possibilitar o surgimento de uma percepção epistêmica dos conflitos aqui elencados, existentes em suas comunidades. Ficou evidente a existência de elementos da cultura dominante, a formação de propriedades privadas, o comércio e a apropriação (prática) indevida da cultura.

Houve a compreensão de que é necessário continuar a luta pelo reconhecimento e pelo respeito à diversidade brasileira, bem como pela garantia dos direitos constitucionais obtidos na Constituição Federal de 1988. O ganho em termos de formação docente é significativo e os resultados das ações foram

mensurados de forma objetiva e sistematizada. É necessária, portanto, uma política que garanta, ao mesmo tempo, o respeito à especificidade dos indígenas frente aos não indígenas, e à diversidade cultural, histórica e linguística desses povos.

Referências

COSTA, F. A. Ensaio sobre a condição fantasmagórica do termo crise ou do esquecimento da terra. *Em construção*, Rio de Janeiro. n. 4, p. 92-104, 2018.

D'AMBROSIO, U. *Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade*. São Paulo: Autêntica, 2002.

DOBB, M. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

FREIRE, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo: Moraes, 1983.

GRUPIONI, L. D. B.; VIDAL, L. B. A tolerância e os povos indígenas: a busca do diálogo na diferença. In: GRUPIONI, L. D. B.; FISCHMANN, L. V. R. *Povos indígenas e tolerância*. São Paulo: Editora USP, p. 29-39, 2001.

HARVEY, D. A. A acumulação via espoliação. In: HARVEY, D. A. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, p. 115-148, 2004.

KRENAK, A. Ecologia Política. *Ethnoscience*, v. 3. n. 2 (volume especial), p. 1-30, 2018.

KRENAK, A. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEITÃO, R. M. *Educação e Tradição*: o significado da educação escolar para o povo Karajá de Santa Isabel do Morro, Ilha do Bananal-To. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, 1997.

MIZUSAKI, M. Y. Movimentos indígenas, geográficos na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena. *Revista NERA*, v. 20, n. 39, p. 39-59, 2017.

QUIJANO, A. *Colonialidade, poder, globalização e democracia*. São Paulo: Novos rumos, 2005.

SILVA, M. M.; RIBEIRO, J. P. M.; FERREIRA, R. Biopirataria e explorações ocorridas no Brasil: um relato-denúncia de práticas criminosas contra povos indígenas. *REAMEC: Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática*, v. 9, n. 1, 2021.

VILLARES, L. F. *Direito e povos indígenas*. Curitiba: Juruá, 2009.

WALSH, C.(Ed.). *Pedagogías decoloniales*: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala. 2009.

Matheus Moreira da Silva

Licenciado em Matemática pelo Instituto de Matemática e Estatística da UFG. Especialista em Metodologia do Ensino de Matemática e, também, em Matemática Aplicada. Mestre e Doutor pela Universidade Federal de Goiás. Pós-doutor pelo

Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, da Universidade Federal de Uberlândia (PPGECM/UFU). Tem experiência na área de Matemática, com ênfase em Educação Matemática. Faz parte do Grupo de Estudos e Pesquisa em Etnomatemática (GPEM/USP), do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Educação Matemática (NUPEM/UFU) e do Grupo de Estudos e Pesquisas Abakós: Práticas Formativas e Colaborativas em Educação Matemática na Escola (CEPAE/UFG). Professor da Universidade Federal de Goiás (CEPAE/UFG).

E-mail: matheus_moreira@ufg.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1219996162669090>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3925-6527>

José Pedro Machado Ribeiro

Bacharel em Matemática pela Universidade Federal de Goiás (1991); mestrado em Matemática pela Universidade de Brasília (1995); e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2006). Área de concentração Ensino de Ciências e Matemática, Etnomatemática e Educação Escolar Indígena. Professor Titular do Instituto de Matemática e Estatística (IME) da Universidade Federal de Goiás (UFG) desde 1997. Membro do corpo docente e orientador do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática da UFG desde 2007. Professor e membro do Comitê de Orientação dos Javaé do curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG. Tutor do PET (Programa de Educação Tutorial) do curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG desde 2015.

E-mail: zepedro@ufg.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1433861823493391>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9227-3908>

Recebido para publicação em agosto de 2025.

Aprovado para publicação em outubro de 2025.